**ATA DE REUNIÃO PÚBLICA**

Aos vinte e três dias do mês de maio do ano de 2019, no auditório do Museu da Farmácia – UFOP (Universidade Federal de Ouro Preto), endereço R. Costa Sena, 171 - Centro, no município de Ouro Preto. Presentes a Coordenadora da Promotoria Estadual de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico de Minas Gerais Giselle Ribeiro de Oliveira,o Promotor da Comarca de Ouro Preto Domingos de Miranda Ventura, o Coordenador regional das Promotorias de Justiça do Meio Ambiente das Bacias dos rios das Velhas e Paraopeba Francisco Chaves Generoso, o Diretor Geral do Instituto Estadual de Florestas - IEF Antônio Augusto Melo Malard, a Diretora de Gestão da Bacia do Rio Doce – DGRD da Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – Semad, Patrícia Rocha Maciel Fernandes, o 1° Tenente da Polícia Militar de Meio Ambiente Marcelo José Gomes da Silva, bem como Prof. Dr. Luis Enrique Sánchez, Dra. Ana Claudia Neri, Vice Prefeito Municipal de Ouro Branco Celso Roberto Vaz, vereador Chiquinho de Assis e outros (Anexo), realizou-se Reunião Pública para os fins do disposto no art. 27, parágrafo único, IV, da Lei n. 8.625/93, regularmente convocada por meio do Edital de Divulgação, afixado na Promotoria de Justiça desde o dia 08/05/2019 e publicado no portal eletrônico do Ministério Público de Minas Gerais desde o dia 08/05/2019, com o objetivo e a pauta apresentados a seguir:

**1. Objetivo**

Apresentação do estudo em andamento denominado Avaliação Ambiental Estratégica de Atividades Recreativas Motorizadas Fora de Estrada na porção sul da Serra do Espinhaço, seguida de discussão de proposições preliminares resultantes deste estudo e coleta de opiniões e sugestões.

**2. Agenda da Reunião Pública**

Abertura dos trabalhos pelo presidente da mesa diretora.

Exposição pela equipe técnica que está realizando o estudo: motivações e objetivos do estudo; métodos de levantamento e análise, resultados alcançados e recomendações propostas.

Manifestação dos inscritos, segundo ordem de inscrição.

Considerações finais dos representantes do IEF e Semad.

Encerramento pela presidente de mesa diretora.

**3. Desenvolvimento dos trabalhos**

Os trabalhos foram presididos pela Coordenadora da Promotoria Estadual de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico de Minas Gerais Giselle Ribeiro de Oliveira. Declarada aberta a reunião pelo seu presidente, procedeu à composição da mesa, que se fez como relacionado abaixo.

Promotor da Comarca de Ouro Preto, Domingos de Miranda Ventura;

Coordenador regional das Promotorias de Justiça do Meio Ambiente das Bacias dos rios das Velhas e Paraopeba Francisco Chaves Generoso;

Diretor Geral do IEF Antônio Augusto Melo Malard;

Diretora de Gestão da Bacia do Rio Doce – DGRD Patrícia Rocha Maciel Fernandes;

1° Tenente da Polícia Militar de Meio Ambiente Marcelo José Gomes da Silva;

Pela presidente, foi feita a apresentação inicial do caso e foram reiterados os objetivos específicos do encontro, bem como suas regras de desenvolvimento. A seguir, ainda pela presidente, foi apresentada a pauta dos trabalhos. Dando prosseguimento à reunião, a presidente agradeceu a presença de autoridades e do público e ressaltou a importância da construção coletiva da busca pela possível compatibilização entre a atividade off road e a defesa do meio ambiente. A presidente discorreu sobre a relevância dos esportes motorizados recreativos fora da estrada para a economia e comunidade em geral e também suas consequências para o meio ambiente e exigências legais atuais. Dra. Giselle expôs a motivação da Avaliação Ambiental Estratégica de Atividades Recreativas Motorizadas Fora de Estrada na porção sul da Serra do Espinhaço, os resultados esperados, o porquê da escolha da equipe técnica que executou o trabalho, a fonte de financiamento e partes interessadas (órgãos públicos) que participaram do estudo. Por fim, a presidente apresentou as regras e normas adotadas para que a reunião pública transcorresse com tranquilidade.

A seguir, a presidente convidou o dr. Luis Enrique Sánchez e a dra. Ana Claudia Neri, para, na qualidade de técnicos, prestarem esclarecimentos em matéria de seus conhecimentos especializados, tendo o dr. Luis Enrique Sánchez feito uma explanação lida sobre o trabalho que, na ocasião, está chegando à conclusão. O expositor ressaltou que um dos objetivos desta reunião é justamente coletar opiniões, pontos de vista, preocupações, sugestões, que tenham relação direta com nosso objeto e que podem, eventualmente, ser transformadas em alguma das recomendações que resultarão desde estudo, além de ressaltar o tempo limite de sua apresentação. A apresentação técnica foi introduzida por meio da exposição de assuntos relativos ao estudo divulgados recentemente em jornais do estado de Minas Gerais e do estado de São Paulo. As duas notícias se referiam a conflitos das atividades motorizadas recreativas em regiões de interesse e importância em termos de conservação ambiental. Por outro lado, foi ressaltado que, em escala internacional, em muitos países observam-se conflitos similares. Dr. Luis Sánchez salientou que neste estudo, a Unidade de Conservação, em termo mais amplo áreas protegidas, é um dos direcionadores e eixos onde acontecem o debate do trabalho e quando o estudo se referir a veículos motorizados fora de estrada, se refere a todo tipo de veículo: motos, jipes, quadriciclos, gaiolas, etc. Segundo o dr. Luis Sánchez, a equipe técnica do estudo procurou estabelecer recomendações que permitam ordenar, organizar, e tornar possível, em certas condições, a prática dessas atividades recreativas, procurando evitar impactos ambientais negativos. Quando não for possível evitá-los, reduzir esses impactos negativos e, se for o caso, compensar impactos ou danos ambientais causados por essas atividades, sendo que a finalidade principal é proteger a integridade, os valores dessas Unidades de Conservação, que são elementos muito importantes na manutenção da qualidade de vida das pessoas, e tem várias funções, mas inclusive uma função econômica na atualidade. O dr. Luis Sanchez apresentou os coordenadores e a equipe técnica que executou o trabalho. O palestrante salientou, por fim, que a equipe técnica fará recomendações, com fundamentação técnica e científica, que serão registradas em um relatório que será disponível publicamente e que serão encaminhadas e dirigidas principalmente, mas não, exclusivamente, ao IEF e à Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável. O conferencista indicou que um ponto de preocupação do trabalho é a proteção das que são chamadas de áreas de especial interesse ambiental, que incluem as unidades de conservação, ou seja, parques e outras formas de unidades de conservação, e também as suas áreas de entorno, muitas vezes tão importantes quanto as próprias unidades de conservação. Dr. Sanchez mostrou como foi definida a área de estudo do trabalho, justificou esta delimitação e quais as unidades de conservação estão inclusas neste recorte. Os setores definidos para a área de estudo estavam dispostos no hall do auditório por meio de mapas. Foi ressaltado que o trabalho está circunscrito, limitado a este perímetro, no entanto, segundo o locutor, as conclusões provavelmente poderão ser aproveitadas ou adaptadas, se houver intenção de regular essa atividade em outra região. O orador explanou conceitos e finalidades de uma Avaliação Ambiental Estratégica, definição do objetivo da ação estratégica e um mapeamento ou identificação de que tipo de decisão pode ser influenciado por este tipo de estudo. O técnico fez um resumo das atividades e métodos aplicados, fontes utilizadas e produtos gerados para o presente estudo. Também foram apresentados os tipos de atividades recreativas motorizadas consideradas no estudo, as fontes do mapeamento de trilhas, extensão e densidade das trilhas, mapas temáticos (cobertura da terra, bens culturais, declividade, solos e feições erosivas, suscetibilidade a erosão) e análises do quadro de referência estratégico, carta de vulnerabilidade ambiental ao tráfego de veículos motorizados fora de estrada e carta de aptidão. No final da apresentação técnica, foram relatadas as opções estratégicas, recomendações, premissas e sumário das recomendações. O dr Sanchez agradeceu o apoio do Ministério Publico Estadual, em especial a Sra. Renata Fonseca, e lembrou que está disponível um site que contem todas as informações do trabalho e o edital de convocação dessa reunião. Também foi lembrado que foi criado um e-mail para receber contribuiçõesque podiam ser enviadas (algumas já foram recebidas) até o dia 30 de maio. Agradeceu a atenção.

A seguir, foi retornada a palavra a Presidente Dra. Giselle Ribeiro de Oliveira que agradeceu a apresentação do dr. Luis Enrique Sánchez e ressaltou que havia 24 inscritos para manifestação, considerando o tempo de 3 minutos para fala de cada um, prorrogáveis por mais 2 minutos. A oradora orientou que aqueles que tivesse mais considerações a fazer deveria usar o site e o email que estavam disponíveis até o dia 30 de maio. A presidente apresentou a dinâmica da Reunião Pública e começou a chamar os manifestantes para que se pronunciassem. Na lista de inscritos constavam 24 manifestantes, no entanto apenas 23 utilizaram o seu direito a fala. Os perfis dos inscritos foram variados, tais como: gestores de Unidades de Conservação estaduais e federal, “trilheiros”, empresários do comércio de veículos fora de estrada, vereador, membros de brigada de incêndios, professor universitário, entre outros. As questões levantadas pelos inscritos permearam em várias esferas, desde cunho técnico, social, legal até econômico, onde destacam-se: (a) metodologia e conteúdo do estudo, (b) importância da atividade para o desenvolvimento e sustentabilidade econômica de locais como Lavras Novas, Macacos e Ouro Preto, entre outras; (c) preocupação com a preservação do patrimônio cultural da região, com destaque especial para o caminho e o chafariz D. Rodrigo; (d) possibilidade de tornar o quadriciclo apto para transitar em estradas públicas; (e) destaque da participação de “trilheiros” no combate a incêndios e outros); (f) exigências legais para atividade; (g) degradação ambiental em Unidades de Conservação, com destaque no Parque Municipal Natural das Andorinhas; (h) conflito de atividades entre “trilheiros”, pedestres e ciclistas. A maioria dos manifestantes se mostrou a favor da atividade, seja por lazer seja por fins econômicos, desde que a mesma seja disciplinada e praticada de modo a minimizar os impactos ambientais e sociais. O estudo e a iniciativa do Ministério Público foram amplamente parabenizados.

As questões foram formuladas em grupos de três e respondidas, em seguida, pelo dr. Luis Enrique Sánchez ou por membros da mesa, conforme o teor.

A seguir, foi dada a palavra aos integrantes da mesa, conforme disposto a seguir:

Patrícia Rocha Maciel Fernandes (Diretora de Gestão da Bacia do Rio Doce – DGRD): a integrante da mesa se apresentou como Superintendente de Gestão Ambiental da SEMAD e ressaltou o seu papel de ouvinte, além da importância da contribuição dos presentes para o SEMAD. A Sra. Patrícia sinalizou que com o estudo pronto o SEMAD e IEF iniciarão seus trabalhos no sentido de encontrar o melhor caminho legal para resolver a questão das atividades recreativas motorizadas fora da estrada. Por fim, a oradora agradeceu e se colocou à disposição para eventuais esclarecimentos, uma vez que entendeu que o trabalho está em processo de construção e que fará história para o estado de Minas Gerais. Agradeceu a todos.

Antônio Malard relatou que ficou muito satisfeito com os resultados da reunião pública em especial devido às falas relativa às questões ambientais. Descreveu a importância da parceria dos trilheiros com a gestão das unidades de conservação, citou parcerias positivas como as relacionadas a ações de combate a incêndio. O orador atentou para os impactos ambientais gerados pelos trilheiros e a importância de se levar em conta as características locacionais onde elas estão inseridas. O Sr. Malard entendeu que a reunião pública contribuirá de forma positiva para a definição de regulamentações da atividade debatida e ressaltou que a SEMAD considera essas atividades como relevantes para o estado de Minas Gerais, mas ressaltou que é importante ficar atento a um controle ambiental adequado. Por fim, se comprometeu a fazer o melhor papel possível para chegar numa regulamentação que atenda todos os interesses, além de mostrar-se satisfeito com a reunião publica, desejou uma boa noite a todos.

Domingos de Miranda Ventura, Promotor da Comarca de Ouro Preto agradeceu a todos e entendeu que as contribuições expressadas na reunião pública foram muito bem embasadas, além de mostrar que Ouro Preto tem uma sociedade inteligente, culta, e que sabe bem defender os seus interesses e colocar as suas ideias à mesa para serem devidamente consideradas pelos órgãos públicos, em especial pelo Ministério Público. O orador destacou que as dimensões social e econômica foram muito bem levantadas e trazidas à discussão. Ele compreende que estas questões são premissas básicas da atividade econômica, da própria cadeia de geração de valor e geração de riqueza, a conformidade jurídica. Dr. Domingos destacou que vivemos num ambiente de uma regulação ou de uma não regulação com atividades proibidas sendo realizadas. Ele entende que se está na verdade trabalhando com ativos depreciados e, desta forma, nós estamos deixando de explorar devidamente todas as potencialidades que os nossos ativos naturais, culturais, nos tem de sobra. Então o conferencista conclui que todos podem sair deste processo mais fortalecidos, com uma regulação necessária pelos impactos, adequada em seus instrumentos e que seja suficiente para ter a proteção jurídica que permita que todos interessados tenham segurança, consigam bem antever quais são as regras, desenvolver seus projetos a partir dessas regras e gerar lucro, gerar riqueza, gerar desenvolvimento social, desenvolvimento econômico para nossa região num ambiente de conformidade, de regularidade jurídica. Por fim, Dr. Domingos declarou que esse é o espírito do Ministério Público, o foco na realização deste trabalho para que nós saiamos nesse momento de freio de arrumação que atravessamos para um momento de desenvolvimento. Por fim, o promotor se despediu e se mostrou à disposição a todos.

Marcelo José Gomes da Silva, 1° Tenente da Polícia Militar de Meio Ambiente, cumprimentou a plateia, se apresentou e agradeceu a oportunidade de falar ao público. O orador entende que o momento é de construção, um momento histórico, importante para nortear as ações de forma disciplinada. O Sr. Tenente ressaltou que a importância da disciplina e organização para a atividade. Parabenizou todas as partes envolvidas e destacou as funções da Policia Militar como, entre outras, como instruir, proteger a sociedade e preservar o meio ambiente. Por fim, se mostrou disponível e agradeceu pelo convite.

A presidente, Dra. Giselle Ribeiro de Oliveira, parabenizou o público que participou da reunião publica. A conferencista destacou que um dos papéis do Ministério Público é ser agente de transformação social, que quer que a sociedade possa ocupar os ambientes, usufruir os ambientes de forma legal, regulamentada, de forma que permita que também as próximas gerações usufruam desses mesmos direitos. A Dra. Giselle pontuou que ficou muito satisfeita como a boa vontade dos participantes de construir juntos e de ser, também, agentes de preservação ambiental, mesmo exercendo essa atividade. A promotora acrescentou que tudo que foi dito vai ser considerado no relatório técnico e incentivou os participantes a enviarem contribuições ate dia 30 pelo email disponibilizado pelo Ministério Público. Por fim, a Dra. Giselle considerou que o estudo não é o produto final, a Semad e o Ministério Público terão como função considerar as análises e recomendações do estudo para chegarem ao resultado final. A promotora ainda ponderou que é um processo longo que todos estão participando. Agradeceu e recomendou que os participantes acompanhem os produtos que virão em seguida e encerrou a Reunião Pública.

Ouro Preto, 23 de maio de 2019.

Giselle Ribeiro de Oliveira

Promotora de Justiça